

### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. PAULO ZAPZUR)

ASSUNTO:	PROT	OCOLO N
Disciplina as condições de	e elegibilidade, de que trata d	o parágrafo 3º
do artigo 14 da Constituiç	ção, e determina outras provid	dências.
DESPACHO: COM. CONST. E JUS	STIÇA E REDAÇÃO	
AO ARQUIVO	em12deabril	de 19.89
F:	6111 40	de 10
	DISTRIBUIÇÃO	
	DISTRIBUTÇÃO	
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		, em19
O Presidente da Comissão de		

## SINOPSE

Projeto n.º de de	de 19
Ementa:	
eri de la companya d	
<del></del>	
Autor:	
X <sup>*</sup>	
Discussão única	
Discussão inicial	
Diocussus initial	
Discussão final	
Redação final	
Remessa ao Senado	
Emendas do Senado aprovadas emde	de 19
Sancionado emde	do 10
Sancionado emde	de 19
Promulgado emde	de 19
Vetado emde	de 19
Publicado no "Diário Oficial" dede	de 19

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.921, DE 1989

(DO SR. PAULO ZARZUR)

Disciplina as condições de elegibilidade, de que trata o parágrafo 3º do artigo 14 da Constituição, e determina ou tras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO).



CÂMARA DOS DEPUTADO

		As	Comissoes			
	í	Constituicao	e Justica	e Re	dacao	-
	2.				The contract of	1
) :	з.			of	A STATE OF THE STA	
	Em	07/04/89 *	P,	eside	351100	

PROJETO DE LEI Nº 1.921., DE 1989

( Do Deputado PAULO ZARZUR )

Disciplina as condições de elegibilidade, de que trata o 83º do art. 14 da Constituição, e determina outras providências.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Todos os eleitores são elegíveis, exceto aqueles que, por força de dispositivos constitucionais e le-

Art. 2º Para candidatar-se a cargo eletivo e requerer o respectivo registro perante a Justiça Eleitoral, o candidato deve preencher os seguintes requisitos:

I - titulo de eleitor expedido pela Justiça Eleitoral;

II - nacionalidade brasileira, sendo exigida a condição de brasileiro nato para candidatos a Presidente e Vice-

Presidente da República;



#### CÂMARA DOS DEPUTADOS



- III pleno exercício dos direitos políticos, em conformidade com o art. 15 da Constituição;
- IV domicilio eleitoral na circunscrição, em que pretende candidatar-se;
  - V filiação partidária de pelo menos um ano;
- VI idade minima, segundo o cargo a ser disputado, obedecendo os seguintes limites:
- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
  - d) dezoito anos para Vereador.
- Art. 3º Constitui crime eleitoral a não observância das condições de elegibilidade previstas no artigo anterior, punível com pena de reclusão até cinco anos e pagamento de três a dez dias-multa.
- Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.



### Justificação

0 §3º do art. 14 da Constituição Federal estabelece as condições de elegibilidade.

O projeto que ora apresentamos regulamenta a matéria, de acordo com os dispositivos constitucionais que a regem.

Dessa forma, o candidato a cargo eletivo, para registrar sua candidatura deve satisfazer todas as condições exigidas no art. 29.

Para fortalecer os partidos políticos fixamos em um ano o prazo de filiação partidária. Não se admite candidato sem vínculos com o partido. O prazo de quatro meses que se verificou nas eleições de 1988 deveu-se ao fato da elaboração da nova Constituição, que somente foi promulgada no dia cinco de outubro. Um prazo exíguo de filiação partidária traz o inconveniente do lançamento de candidatos, que, sequer, conhecem os programas partidários. Apenas se utilizam da sigla.

Foi exigido o exercício dos direitos políticos, de acorcom os preceitos do art. 15 da Constituição.

A proposição estabelece, no art. 3º, as penalidades para aqueles que infringirem as normas legais sobre elegibilidade.

Sala das Sessões, em

Deputado PAULO ZARZUR )



LEGISLAÇAU CITADA, ANEXADA PELA COURDENAÇAU DAS CUMISSOES PERMANENTES

# CONSTITUIÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Titulo II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

### Capitulo IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular sera exercida pelo sufragio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante

- I plebiscito
- II referendo.
- III iniciativa popula:
- § 1º O alistamento eleitoral e o voto são
- I obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
- II facultativos para:
- a) os analfabetos:
- b) os maiores de setenta anos.
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos
  - § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei
  - I a nacionalidade brasileira,
  - II o pleno exercicio dos direitos políticos:
  - III o alistamento eleitoral.
  - IV o domicílio eleitoral na circunscrição.
  - V a filiação partidária:
  - VI a idade minima de:
- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital. Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz
  - d) dezoito anos para Vereador

# OBSERVAÇÕES

		4		
		1		
		124		
			 <del></del>	
DOCUMENTOS ANEXAD	)OS:	2		40 p. 2022